

MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE

SER

PRESO

POLÍTICO

CONCURSO DE CONTOS
E DE NARRATIVA HISTÓRICA 2018

SERVIÇO EDUCATIVO

Museu do Aljube Resistência e Liberdade

SER PRESO POLÍTICO

Concurso de Contos e de Narrativa Histórica 2018

Serviço Educativo

Júri do concurso

- Luís Farinha – Diretor do Museu do Aljube Resistência e Liberdade
 - Miguel Monteiro Barros – Presidente da APH
 - Teresa Vieira da Cunha – Direção da APP
 - Risoleta Pinto Pedro – Escritora e Professora do Ensino Secundário
 - João de Melo – Escritor
-

Coordenação

Luís Farinha e Judite Álvares

Revisão de texto

Teresa Vieira da Cunha – Direção da APP

Design gráfico e ilustração

Eduardo Ferreira / Museu do Aljube Resistência e Liberdade

Edição

EGEAC, EM

Impressão

Guide – Artes Gráficas

Tiragem

300 exemplares

Lisboa, setembro de 2018

Depósito legal

445261/18

ISBN

978-989-8167-79-8

www.museudoaljube.pt / info@museudoaljube.pt

Rua de Augusto Rosa, 42

1100-059 Lisboa • Telef. 215 818 535



MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE

 EGEAC

APRESENTAÇÃO

Este pequeno livrinho reúne os três melhores trabalhos do primeiro concurso de contos e narrativa história promovido pelo Serviço Educativo do Museu do Aljube e subordinado ao título *Ser Preso Político*.

O concurso decorreu entre fevereiro e maio de 2018 e juntou mais de duas dezenas de interessantes participações, nas duas modalidades previstas, com textos vindos de alunos do ensino secundário e de universidades seniores. Foi um concurso feito em parceria com a Associação de Professores de História (APH) e com a Associação de Professores de Português (APP) e ainda com a colaboração de um júri de seleção que, para além de elementos das duas associações, reuniu os escritores João de Melo e Risoleta Pinto Pedro.

A publicação destes contos e narrativas em papel (e também em *e-book* nos *sites* da APH e do Museu do Aljube) cumpre o objetivo de dar a conhecer as possibilidades de trabalho e de conhecimento propiciadas pelas temáticas apresentadas no Museu, tanto no domínio da história contemporânea portuguesa como no da socialização da memória comum que se deseja partilhar para enriquecimento de uma consciência social e política viva e participativa.

A experiência abriu o caminho a um outro concurso, a decorrer durante o ano de 2019.

ÍNDICE

Tarrafal '72 **6**

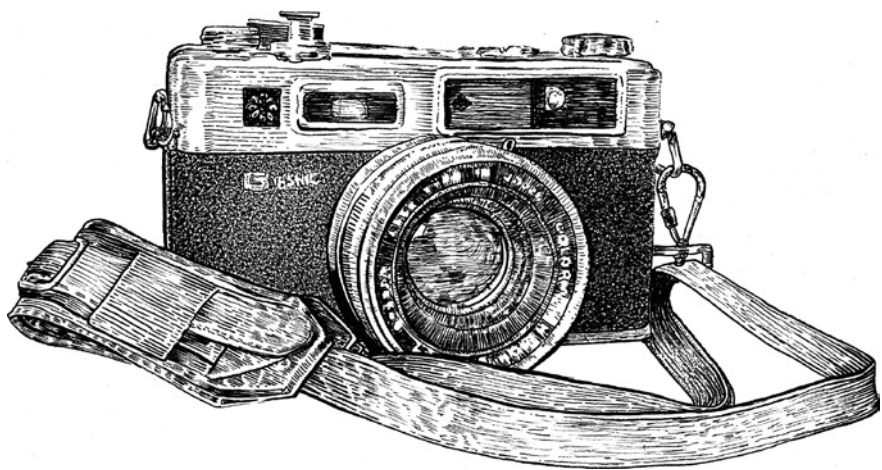
MARIA AMÉLIA T. N. GUERRA

Não me levam outra vez **13**

MARIA INÁCIA PACHECO

O poeta libertado **20**

SOFIA NETO OLIVEIRA



Tarrafal '72

MARIA AMÉLIA T. N. GUERRA

O carro estancou à travagem brusca, que o soldado, de condutor tinha pouca instrução. O tenente saltou rápido, antes ainda que a nuvem de poeira amainasse na estrada, e abriu solícito as portas traseiras. Em contraste, os passageiros foram lentos na saída, demoraram o olhar na vastidão ocre da planura, onde mal se avistavam as muralhas. A casa colonial era a única construção à vista; na penumbra, só uns barracos pardacentos perdidos na lonjura. Varanda corrida caiada de fresco, janelas de rede mosquiteira, bananeiras nos fundos do quintal, um jacarandá solitário resistente ao cascalho, florido de roxo, única cor na pintura agreste da paisagem.

Numa disfarçada impaciência pela hora de espera, os dois homens desceram os degraus até ao portão para os cumprimentos: “Façam favor de entrar, a minha senhora já vem para as apresentações, está nos últimos arranjos do almoço.”

Os viajantes corresponderam ao estender de mão do dono da casa, o diretor da prisão, e logo atrás, à vénia do outro homem, um vulto cinzento que os fez lembrar outros tempos, outros vultos

cinzentos de gabardina e chapéu espiando e denunciando pelos cafés de Lisboa – os agentes da polícia política.

“Muito fatigante a inspeção na capital, senhor major?”, indagou o diretor. “Para descanso nada melhor como um almocinho e um passeio na praia antes do regresso.”

Entraram. A mesa posta anunciava o indesejável convívio, abençoado pelos santinhos que, do quadro suspenso da parede, protegiam os repastos da casa. A patroa vacilou uma desculpa pelo atraso e avisou que o almoço estava pronto, sempre atenta ao rodopio da moça mestiça num ir e vir da cozinha. Longo arrastar de cadeiras “a senhora senta-se ao meu lado”, disse o patrão, solícito na deferência.

Servida a terrina, só a sorvedura suína do diretor perturbava o costumado silêncio da sopa. “Temos cozido”, disse à última colherada, “com todos os matadores, morcela e chouriça da Beira, que a minha sogra nunca esquece a encomenda da Páscoa”. De novo o silêncio que o cozido exigia. Só ao elogio do arroz doce, que era guloso o polícia, recomeçaram as falas: “um cafezinho na varanda com bagaço, licor para as senhoras.”

Novo arrastar de cadeiras e já o tenente, vermelho do vinho verde, e vingado o rancho do quartel, estendia numa mão o copo e a outra para a bandeja onde a mulata servia o café. O pide cinzento voltou ao elogio: “pinga de primeira sr. Diretor, tenho de vir cá mais vezes.”

A ventoinha não amainava o calor do sol a pique que abrasava a varanda.

À vista, um grupo de mulheres, estrada fora, encurtava a distância num crescente sussurro cantado à cadência dos passos. Latas de água à cabeça, menino enganchado à anca, boquita à busca das gotas refrescantes que saltavam ao ritmo dos balanços da berma. Moleques descalços, barriga de melão, saltitando à volta, bola no pé, escapados à disenteria, que os mais franzinos em ano de seca tinham virado anjos. A primeira mulher alargou o passo à vista da casa,

virou a cara ao descampado, e as demais calaram o vozario; a melodia ecoou já longe numa quase lamúria. A sabedoria cortava as vozes do rancho. Não era sítio de feitiço, nem morada de patrão, sequer de capataz. Era casa de branco, falado nos segredos dos seus homens, os guerreiros sem guerra do Tarrafal; casa dos que agrilhoavam os companheiros que lutam nas florestas do outro lado do mar e a elas, às mulheres, cortavam as vozes. Era a casa do tirano do campo de concentração de Chão Bom.

À lembrança da cantiga, nem morna nem coladeira, a mulher do major recordou manhãs de outros cortejos, outras toadas, outras crianças, as crianças do Mindelo. Quando subia o estrado da aula de química, e sussurros iguais, choros de carpideiras, a desviavam do quadro preto para uma espreitadela da janela da sala.

Tanto caixãozinho branco rumo ao cemitério novo, tão pequeno que às vezes o pai o carregava às costas. Não esqueceu o dia em que, para seu espanto, viu o cortejo de volta carregando o caixão vazio “Tempo de seca-fome, senhora, serve para um, serve para dez.” Imaginou o próximo menino-anjo e tantos outros, corpinhos mirrados, fatinho de baptizado, subidos ao céu ou descidos à terra com ou sem caixão.

Despertou à voz firme do major: “E a visita ao campo, sr. Diretor, para quando? Não a dispenso!” “Se insiste, iremos já, antes que caia o sol, que as regras são severas”, foi a resposta.

Ao último golo levantaram-se os quatro homens. Foi quando a mulher do major largou a frase decisiva: “Eu também vou!”

A cara fechada de indignação do diretor explodiu numa reclamação não contida. “Não é visita para a senhora e para a menina, e o refresco à tarde é servido na varanda, a nossa volta é breve.” A insistência dela não teve recuo, agarrou a mão da garota e seguiu o cortejo, sem hesitação, representando o papel a que se propunha. A contrariedade instalou-se no semblante do anfitrião; a cumplici-

dade brilhou no olhar do major, um olhar carregado de palavras.

A distância era curta – para lá da estrada – a vala, os muros, os dois torreões, as guaritas, o portão a poucos passos.

Que inexplicável angústia a dela – a de transpor o arame farpado, as grades do “campo da morte lenta.” Quantas mulheres terão passado esse portão que se voltava a abrir nos últimos anos para tortura de outros homens, lutadores das mesmas causas.

Voltaram-lhe à memória histórias de lutas antigas, de heróis quase lenda, de mortos naquele chão, das mulheres que ficavam, dos exemplos das Herculanas coragem que atravessavam o mar para visitar o filho, o Guilherme, amigo de quem seu pai falava.

A comitiva, a passada cada vez mais larga, respondia sobranceira às vénias subservientes dos guardas-esbirros. À vista, os primeiros prisioneiros negros, mulatos, brancos. Que sentimento lhes perturbará a mente à vista da nossa passagem; de tal modo lhe incomodava a resposta, que não se interrogou. Onde estariam naquele dia de Junho de 72 o Luandino e o Jacinto? Soube mais tarde terem sido libertados dias antes. E lá foi fixando aqueles olhos onde se lia só desprezo, não humilhação nem ódio, mas a esperança de todo o guerrilheiro, igual à esperança de tantos antifascistas, em tempo de ditadura, que unia os presos dos *Tarrafaís*, *Peniches* e *S. Nicolau*.

O momento era chegado; ela foi ficando para trás, mais distanciada, e, num abrir rápido da carteira, tirou a máquina e ordenou à garota: “Inês corre para ali para a fotografia” e começou a disparar, e nova foto e outra e mais outra.

Os homens estancaram sem palavras, que a cobardia da subserviência hierárquica não permitia reclamações. O major retomou a marcha seguido dos demais, ignorando o episódio.

E à passagem das camaratas, homens estendidos nas tarimbas, o diretor apontava a cozinha justificando o injustificável: “bem tratados estes turras, sr. Major!”

Ela seguia os grupos de prisioneiros que, indiferentes aos visitantes, cumpriam as suas rotinas: dois estavam lendo, outros mais longe em exercícios de ginástica ou nas tarefas diárias; já perto, sentado num caixote com outro em jeito de cavalete, um negro pintava.

Aproximou-se. O diretor atento voltou a impedir a paragem: “Os guardas levam as pinturas para a Praia e vendem-nas a troco de tabaco” e correu para não perder o andamento da comitiva.

A mulher do major mediu a distância e parou; admirou um quadro caído no chão reproduzindo uma queimada na floresta africana: “É para vender? Quanto custa?” arriscou.

“O que quiser dar”, respondeu o artista num português perfeito. Abriu mais uma vez a mala e entregou-lhe rapidamente todo o dinheiro que tinha, “guarde depressa!”.

Só então, estupefacto, ele ergueu a cabeça da pintura e os olhares que trocaram foram de tal cumplicidade que ela ainda hoje recorda com a emoção de outrora o pintor prisioneiro de quem nunca soube o nome.

Carregou o quadro com um sorriso de júbilo após nova excentricidade, cumprindo o desempenho programado. E foi seguindo terreiro fora, atenta aos passos do major e registando na memória os mais ínfimos pormenores para futuros relatos. Onde estaria a famigerada “frigideira”? Não a vislumbrou.

O regresso foi apressado, as despedidas rápidas de agradecimentos convenientes. O condutor já esperava ao portão.

Viagem de palavras contidas, só o tenente insistia em quebrar silêncios relembando os sabores do almoço. A criança dormia entre o casal que, no banco de trás, mergulhava em cogitações que não podiam ser partilhadas por outros.

Ela voltou ao Mindelo, ao liceu, às aulas de química, aos alunos que pressentia cada dia mais atentos, mais próximos, mais amigos. Até mais cúmplices depois daquela aula num janeiro, seis meses

depois, quando nos corredores se segredava a notícia, o assassinato de Amílcar Cabral. A tragédia transparecia no rosto de muitos jovens, os mesmos que entenderam o discurso da professora quando decidiu não dar aula por compartilhar a consternação geral.

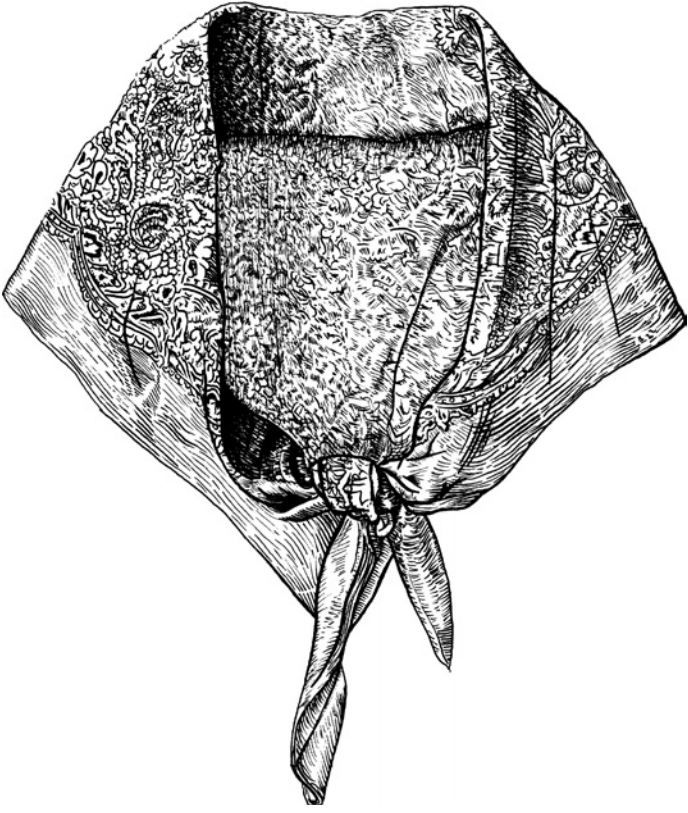
Oito dias depois do regresso do Tarrafal chegou a carta. O comando militar exigia a entrega imediata dos rolos e fotografias tiradas no campo de trabalho de Chão Bom. O major ignorou e não respondeu. As fotos seguiram outro caminho.

Dois anos passados, num abril de liberdade, o Tarrafal deixou de ter grades, muros, portões, “frigideiras”.

E numa noite de Lisboa, quando as luzes do teatro iluminaram o palco e os actores recordaram memórias de tempos de ditadura e repressão, o cenário-ecrã reproduzia fotografias do Tarrafal.

Eles, no escuro da plateia, sorriram de cumplicidade, ao reverem as suas fotos que julgavam perdidas.

O major morreria quatro décadas depois. Mas o quadro do pintor-prisioneiro anónimo, continua a contar as histórias de um campo de concentração, as histórias de sanzalas incendiadas, de homens torturados e das lutas de libertação dos povos de África.



Não me levam outra vez

MARIA INÁCIA PACHECO

Alentejo anos cinquenta, fins de maio princípios de junho, tinham começado as ceifas. No seu traje de camponesa, lenço colorido emoldurando um rosto ainda jovem, Mariana subia a pequena ladeira que a levava a casa. Parou a meio, talvez pelo cansaço de um longo dia de trabalho. Ficou olhando a paisagem, a mesma de todos os dias, mas quis apreciar alguns pormenores: a sua casa, que era um pequeno monte afastado da aldeia, primorosamente caiado de branco e umas barras azuis em jeito de decoração, a chaminé sem fumo, até que ela chegasse a casa para preparar a ceia. Ao lado, um velho palheiro que não era seu. Tal como tudo à volta da casa, nada lhe pertencia. Mais abaixo, o poço e a ribeira, que nessa altura do ano corria mansa com a leveza de um riacho. A ribeira, para ela servia apenas para lavar a roupa ou para lhe dificultar a passagem nos invernos rigorosos, quando as águas excediam os seus limites. Nem ela sabia como esses excessos ainda lhe iriam ser úteis, porque a água tudo leva e tudo lava. O sol já tinha desaparecido há muito tempo, mas havia aquela claridade morna do entardecer.

Olhou os campos... tanto campo, tanto trigo e lá ao fundo da imensa planície, o horizonte ainda riscado de vermelho. Era tempo de ir para casa, havia muito trabalho à sua espera, mas ela não sabia que o que a esperava era, como diz o povo, o cabo dos trabalhos.

Ficou entre as ombreiras da porta, quieta e muda, cesto do farnel enfiado no braço. O homem, o seu homem, andava de um lado para o outro, falava, gesticulava, como se insultasse alguém que não estava ali, indignado ia levantando a voz enquanto dizia: “não me levam outra vez, não me levam” e, continuando no seu monólogo: “já chega de fazerem de mim o que querem, já chega de porrada, já chega de humilhação!” Ela continuava parada, esquecida de pousar o cesto, não sabendo, mas já adivinhando a gravidade da situação. Ele parecia nem a ver, perdido na sua ladainha, movimento apressado, a casa pequena que não lhe dava espaço para tão grande desatino. “Não me levam, não me levam” e já a sentir-se preso, as grossas paredes, a porta de ferro, as grades, as torturas, os interrogatórios... Não era tanto a dor física, apesar de ser quase insuportável, o pior era a humilhação, a raiva de ser tratado como um criminoso por aqueles homens bestificados. Ouvia-lhes ainda o riso alarve e sentia o cheiro daqueles dias infernais que passou na prisão, acusado nem sabia de quê. Foi porque reivindicou, porque reclamou quando se sentiu injustiçado e ofendido, isso era crime?

Pide, comunismo, política, o que sabia sobre isso era tão pouco... sabia sim que sentia na pele as garras afiadas da ditadura e que a palavra liberdade, assim como muitas outras, era proibida. Mas nem que o matassem, nada tinha para contar. Quando saiu tinham-no avisado: “agora vais para casa, mas se voltas ao mesmo vens para cá outra vez e vai ser pior, isto agora foi só uma amostra, os reincidentes têm tratamento especial, tão especial que nem te passa pela cabeça”.

Tinha engolido em seco todas as palavras que lhe apetecia despejar na cara daqueles cobardes que, escondidos atrás da farda

e do poder, um que lhe era concedido, outro que eles inventavam, usavam a sua brutalidade para descarregar frustrações.

Calou-se naquele dia, mas calar-se sempre e a tudo não estava no seu feitio. Por isso, agora estava ali, à espera deles outra vez. Olhou para a mulher como se só naquele momento a tivesse visto, baixou a voz em jeito de segredo, “eles vêm aí, mas desta vez não”. Ela podia ter-lhe dito:

– Estou farta de te avisar para não te meteres nessas coisas, tu sabes que eles é que mandam e não consentem que lhes façam frente!

Mas o que ele menos precisava era de censuras ou sermões. Então, finalmente pousou o cesto e num gesto de carinho segurou-lhe entre as suas, as mãos ásperas e calejadas. Orgulhava-se do homem bem-parecido, honesto e trabalhador que era o seu marido, olhou-o com ternura: era alto e magro, mas bem constituído, pele queimada pelo sol e a sobressair no seu rosto moreno, aqueles olhos claros e meigos. Chegou-se mais a ele e, numa voz doce, como que a protegê-lo, disse:

– Não, outra vez não, mas agora conta-me como é que sabes que eles vêm aí. José sabia que quando alguém falava para além da conta, no dia seguinte não comparecia ao trabalho e os companheiros, à boca pequena, comentavam: “a guarda veio buscá-lo, levou-o sabe-se lá para onde”.

No meio de tanta repressão havia revolta e contestação, sempre falada a meia voz, mas alguns ouvidos mais atentos escutavam o pouco que se ousava dizer e num instinto de má fé, lá vinha a denúncia. Esses que eram os sabujos e lambe-botas de feitores e patrões, vendidos a troco de uns míseros tostões e muito desprezo, os que denunciavam eram usados porque eram úteis, mas tratados e olhados como lixo.

Nessa tarde não tinha sido bem assim, mas ia dar ao mesmo. Ele tinha falado por ele e pelos seus companheiros, queriam um

pouco mais de salário, uma vida mais digna e algum respeito. Não era nada de mais nem seria assim tão grave, não fosse ele ter enfrentado o feitor e no calor da conversa se ter excedido e ter dito o que não devia. Não o que não devia, mas sim o que não lhe era permitido, porque o feitor ali era o cargo máximo. Acima dele só o patrão, o chamado latifundiário, dono das terras, das vontades e achavam que, também das pessoas, aquelas pobres almas que dependiam deles para sobreviver. Mas os patrões, os senhores, esses quase todos viviam na vila ou na cidade e só apareciam para tomar os ares do campo, para regalar a vista na sua riqueza, para se certificarem de toda aquela abundância de que usufruíam sem ter que mexer uma palha e para mostrar quem realmente mandava e a quem todos tinham que tirar o chapéu em sinal de respeito. Talvez houvesse algumas exceções, mas eram poucas e ali não era o caso. O feitor só tinha de obedecer ao patrão, e como obedecia, fiel como um cão que depois arreganha os dentes aos mais fracos, era ele que estava lá para os domesticar, para os conduzir com rédea curta. O lema era obedecer e calar e foi porque José não se calou que naquela acesa discussão, o feitor, furioso, pôs termo à conversa, dizendo:

– Estás despedido, não voltas a pôr aqui os pés nunca mais. E, como um toiro, pronto a investir, olhou para os outros e acrescentou:

– Se alguém tem alguma coisa a dizer pode falar, mas vai pelo mesmo caminho. Ninguém disse nada, mas todos sabiam que o feitor saía dali direitinho ao posto da guarda e o que ele ia relatar ao sargento, chegava e sobrava para levarem preso o homem que não se intimidou e disse o que tinha a dizer. José sabia que vinham buscá-lo e vieram, ao cair da noite, que era assim que devia ser.

Os cascos dos cavalos, no seu passo cadenciado, ouviram-se ao longe, barulho bem conhecido; a Guarda Republicana era presença constante por aquelas paragens. Os animais pararam abruptamente, as bestas assustadas e não menos espantadas. Os dois homens que

as montavam, fardados, armados, as espingardas bem à vista; um exibindo as suas divisas de sargento, o outro sem divisas mostrando a sua condição de subordinado. As chamas iluminavam a noite, labaredas erguidas para o céu, numas proporções já impossíveis de dominar. Mariana de braços também erguidos ao céu, gritava num aflitivo desespero:

– Acudam, acudam, ele está lá dentro!

O guarda das divisas, recomposto do primeiro embate e já na sua postura de chefe, vociferou:

– Ele quem, mulher? Quem é que está lá dentro?

E ela ainda mais entregue ao seu drama:

– O meu homem, o meu homem fechou-se lá dentro e ateou o fogo!

O sargento limitou-se a dizer:

– E o que é que quer que eu faça? Seja o que for que estivesse lá dentro já ardeu tudo. Nisso, ele tinha razão porque toda a estrutura do palheiro já se desfazia em cinzas. O guarda sem divisas, até ali calado, teve um súbito ataque de tosse, talvez pelo fumo, talvez pela comoção. Olhou para o sargento, como se também pedisse socorro, olhou para a mulher e o seu olhar deixou transparecer um sentimento de dó, mas nada podia fazer. O que ele conseguiu foi mostrar que nem sempre, nem a todos, a farda endurece o espírito nem bestializa quem tem nobreza de sentimentos. Olhou mais uma vez para o seu superior, mas este admoestou-o com um olhar de censura, ao mesmo tempo que ordenava:

– Vamos embora, aqui não há mais nada a fazer.

E ainda para a mulher:

– Assim que o dia clarear estamos cá para remover os escombros.

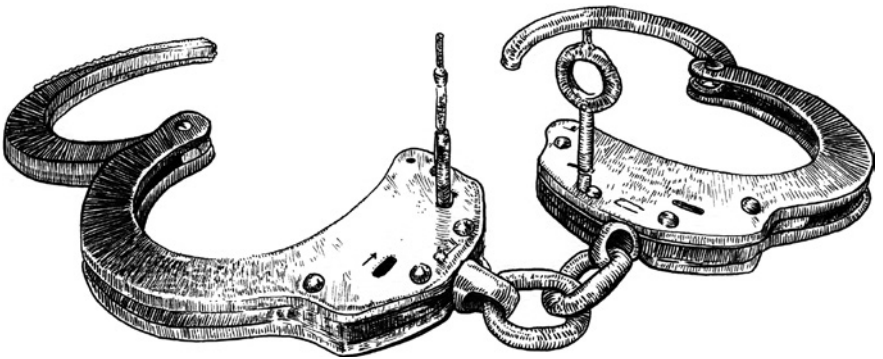
Instigaram os cavalos e partiram. O guarda sem divisas ainda olhou para trás, numa atitude de despedida ou para transmitir alento a quem ficava, mas por respeito, seguiu calado ao lado do chefe.

Nessa madrugada, aconteceu o que se pode chamar de milagre. Uma noite serena, o céu a enfeitar-se de estrelas, a lua a querer brilhar e sem ordem nem aviso, as nuvens adensaram-se. Apagou-se a lua, apagaram-se as estrelas, ficou um escuro de breu e a tempestade desabou. Para as colheitas, tanta chuva assim no começo do Verão não era bem-vinda, mas veio e desempenhou o seu papel na perfeição. Quando a manhã acordou, clara e brilhante, como lhe competia naquela época do ano, não havia sinal de fogo, nem celeiro, nem cinzas, nem corpo queimado. A água tudo tinha levado, tudo tinha ido ribeira abaixo até onde a barragem a esperava para receber os seus excessos. Ali, no lugar da tragédia, só havia terra lavada e a mulher, sentada no poial da casa, como se lá tivesse ficado a noite inteira, à espera que eles voltassem. Voltaram, mas agora nada tinham ali a fazer. Partiram desconfiados e foram voltando uma e outra vez, muitas vezes, de dia e de noite, às vezes a pé, para chegarem de surpresa. Até que, cansados ou vencidos, foram esquecendo, o fogo, o homem, a viúva...

Vinte anos de viuvez, de luto, de saudade e alguma esperança, alimentada por pequenas mensagens, recados em código ou trazidos por amigos, tudo na maior discrição. Lágrimas e sacrifícios, que por fim deram fruto.

Maior de 1974. Mariana que ontem se vestia de preto, hoje amaneceu vestida de cores claras e enfeitada como se fosse dia de festa. Vinte anos é muito tempo e a menina de lenço colorido e rosto jovem tinha mudado, mas ainda era uma mulher bonita, de andar ligeiro e decidido. Chegou ao largo da aldeia onde também ia chegar a camioneta; carreira como se dizia, trazendo o seu homem, renascido das cinzas. Apertaram-se num longo abraço; José olhou com carinho o céu do seu país e comovido só conseguiu dizer:

– Eu disse que não voltaria para aquela prisão, eu disse...



O poeta libertado

SOFIA NETO OLIVEIRA

Sempre que se sentia entediado, Augusto rabiscava algo no caderno do costume: aquele pequeno caderno de capas pretas que escondia dentro do seu colchão. Passava grande parte do dia aborrecido. O talhante e o operário, que ocupavam as celas mais próximas da sua, eram pouco comunicativos e sempre que abriam a boca era para falarem da grande fuga que andavam a planear há mais de oito meses, e que consideravam ser irreduzível. Ainda viviam na esperança de conseguirem fugir daquele forte tão horrendo, e seguindo o exemplo de Álvaro Cunhal, protagonizar mais uma “fuga de Peniche”:

– Ainda nos encontraremos lá fora, meu caro amigo. Este edifício não é tão seguro como tu julgas! Vamos conseguir Augustito... é uma questão de tempo – sussurrava-lhe o operário.

Augusto, advogado até então muito prestigiado, fora capturado pela PIDE, acusado de delito de opinião, deixando a mulher sozinha com três filhos para criar, sendo que o mais velho, Carlos, na altura com dezoito anos, já tinha ingressado na academia militar.

Os dias na cela número vinte e dois, que ficava ao fundo do corredor do bloco A, de Alta Segurança, da prisão política de Peniche, eram vividos com angústia. Os dias pareciam semanas, as semanas eram mais longas que os meses e os meses eram tão duros como os anos.

– Que desperdício de vida! – pensava Augusto.

Passava o tempo a escrevinhar, ora poemas de amor, ora poesia experimental. Deste modo, libertava a alma do aprisionamento do corpo, o que é impossível de imaginar. Quando ouvia os apitos dos guardas ou o som do telefone, Augusto apressava-se a arrumar o caderno dentro do seu colchão de palha, dando-lhe depois dois pontinhos com uma agulha e alguma linha que a mulher lhe levara numa sandes de presunto, quando o visitou pela primeira vez.

A cela, minúscula, tresandava a bafio e ao fedor dos excrementos.

Augusto sentia saudade do cheiro a higiene, se é que ela tem odor. A pouca luz que conseguia atravessar as grades da janela não resistia muitas horas; por isso, este poeta ainda desconhecido aproveitava para escrever durante a manhã, depois da distribuição do meio pão seco, que lhe daria força para sobreviver a mais um dia. Numa cela mais à frente, um pouco maior, Augusto tinha um grande amigo, Carlos Brito, enclausurado pela sua atividade como militante comunista.

O sofrimento era uma constante.

– Todos os presos políticos, sem exceção, eram barbaramente torturados – testemunha Augusto que, graças à persistência do seu filho predileto, Carlos, conseguira voltar a ver o sol nascer. Afinal de contas, esta estrela não nasce para todos.

Augusto, que estivera encarcerado na Fortaleza de Peniche dois anos e meio, relata agora os castigos mais dolorosos que lhe foram infligidos, dos quais destaca a tortura do sono e a “estátua”, em que o obrigaram a manter-se de pé durante imenso tempo. Contudo,

este homem manteve-se firme e não se deixou derrear. Todas as formas de tortura, desde as físicas às psicológicas, puseram-no à prova e permitiram-lhe conhecer os seus limites. Circunstâncias que o obrigaram a rever-se por dentro. Surpreendeu-se com o facto de aguentar mais de uma semana sem dormir, quando pensava que aguentava pouco mais de um dia.

Carlos, já com a formação na academia militar completa, foi colocado no quartel das Caldas da Rainha. Tudo tentou para acelerar a libertação do pai: estabeleceu contactos com membros da PIDE e guardas da prisão de Peniche; procurou a ajuda de Mário Soares, um grande amigo de Augusto e seu colega de ofício, que pugnou ativamente pela liberdade durante o Estado Novo. Desse modo, Carlos conseguiu ganhar o processo e libertar o pai daquele pesadelo. Mário Soares, o homem, o político, o pensador, o fundador da democracia, que combateu tantas injustiças, defendeu os presos políticos, mudou a vida de tanta gente... transformou também a vida de Augusto. Em 1968, via-se um homem livre, tanto havia perdido... tanta liberdade lhe tinha sido roubada. Era Primavera, quarta-feira, 15 de maio, o sol brilhava irradiante, quase tanto como o sorriso de Carlos! Na Fortaleza deixara para trás a mágoa, o ódio e a tristeza que o acompanharam durante o seu encarceramento, e que seriam atirados ao mar. Talvez alguém os encontre na ilha das Berlengas, junto de todos os reclusos que ao tentarem fugir lá foram encalhar.

Após a libertação, Augusto foi sujeito a uma vigilância reforçada, pelo que a família decidiu mudar de residência e foi viver para os arredores de Lisboa, alugando uma humilde casa em Cascais onde poderia viver mais descansada. O filho mais velho, que continuava no exército nas Caldas da Rainha, progrediu na carreira, chegando a capitão. Visitava a família com regularidade. Este jovem valente, que herdara a força e a coragem do pai, viria a participar, a 16 de março de 1974, na última tentativa de derrube do regime fascista, que acabou

por falhar e ficar conhecida como “Levantamento das Caldas”.

Peniche passara a ser uma névoa negra na memória de Augusto, mas que não pretendia esquecer; por isso lembrava e relembrava junto da família e dos amigos todos os momentos que vivenciou. Ganhara o hábito de passear pela baía de Cascais, todos os dias antes de o sol se pôr.

Setembro de 1971. Senta-se na areia e aproveita para escrever mais um pouco no seu pequeno caderno de capas pretas, enquanto lembra o apito horrível dos guardas. É isso que o inspira. Contudo, hoje a sua imaginação está angustiada; depois do almoço leu uma notícia que o sobressaltou: dois fugitivos, da Fortaleza de Peniche, um talhante e um operário, tinham sido brutalmente assassinados pela PIDE.

– Ou muito me engano ou são os meus velhos camaradas, que tanto haviam sonhado com aquela fuga – pensou em voz alta.

Augusto está a terminar o seu primeiro livro de poesia, dedicado ao tempo em que a sua alma viveu amordaçada. Em breve se poderá encontrar o seu livro à venda. O tão prestigiado advogado desistiu da sua carreira e decidiu dedicar-se à escrita e consagrar-se poeta.

Definitivamente, mudam-se os tempos mudam-se as vontades. Como mudou Augusto Silva... como o mudou a negra repressão! É agora um homem novo... um homem livre!

MARIA AMÉLIA ROSENDO TEIXEIRA DE NÁPOLES GUERRA

Nasceu em Lisboa em 1935. Em 1958, licenciou-se em Química Farmacêutica na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Foi como farmacêutica que exerceu a sua atividade profissional até à sua aposentação em 1994. Neste seu percurso, destaca-se o Instituto de Medicina Legal onde dirigiu o Serviço de Toxicologia Forense e, por inerência, a docência do Curso Superior de Medicina Legal.

Em períodos específicos, foi professora no ensino secundário: em Angola (1968/69) e em Cabo Verde (1972/73)

Deputada na Assembleia Municipal de Lisboa, pela CDU, entre 1994 e 2002.

Este foi o primeiro concurso literário em que participou.

MARIA INÁCIA PACHECO

Nasceu no Alentejo em 1949.

Testemunha de lutas e labutas e de muitas injustiças, foi de lá que trouxe todos os seus sonhos e toda a sua sede de liberdade.

Agora, aposentada e sempre querendo aprender, frequenta a Universidade Sénior Intergeracional da Amadora, onde nas aulas de Escrita Criativa foi convidada a participar no concurso promovido pelo Museu do Aljube: “Conto e narrativa histórica”, em homenagem aos presos políticos, o que aceitou com muito agrado e orgulho.

Escrever é uma paixão e faz parte do seu ser e estar. Dona de uma desassossegada inquietação, é na escrita que se liberta. Resistente e persistente, habituada a longos e difíceis caminhos, vê agora ser editado o seu primeiro livro de poesia, que sairá brevemente.

SOFIA NETO OLIVEIRA

Nasceu em 1999, em Coimbra. É natural de Sangalhos e estuda na Escola Secundária de Oliveira do Bairro, através da qual participou no concurso de Contos e de Narrativa Histórica - “Ser Preso Político”, promovido pelo Museu do Aljube. Segundo a autora, é graças ao seu gosto pela leitura, ao seu fascínio pela escrita e à determinação da sua professora de história que decidiu participar neste mesmo concurso, conseguindo ver o seu texto premiado.

Atualmente, “O poeta libertado” é a sua única publicação, mas pretende continuar a desenvolver o seu gosto pelas letras, que tanto lhe é fomentado pela família e pelos professores que lecionam o curso de Línguas e Humanidades na sua escola.

Tarrafal '72

MARIA AMÉLIA T. N. GUERRA

Não me levam outra vez

MARIA INÁCIA PACHECO

O poeta libertado

SOFIA NETO OLIVEIRA



MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE

EGEAC